



SUMÁRIO

1. Identificação do Polo Maranhão
 - 1.1. Identificação dos Núcleos do Polo Maranhão
2. Apresentação
3. Marco Referencial
 - 3.1. Princípios da educação popular
 - 3.2. Concepção da Educação do Campo
 - 3.3. Função social da educação
 - 3.4. Concepção de cultura
 - 3.5. Concepção de educação e trabalho
 - 3.6. O nosso Olhar sobre os (as) educandos (as)
 - 3.6.1. Concepção de jovem
 - 3.6.2. Concepção de adulto
 - 3.6.3. Concepção de idoso
 - 3.7. Concepção de gênero e diversidade
 - 3.8. Concepção de conhecimento, ensino e aprendizagem
4. Leitura de mundo do Polo Maranhão
 - 4.1. Leitura de mundo das turmas de alfabetização do Núcleo Parnarama
 - 4.2. Leitura de mundo das turmas de alfabetização do Núcleo Timon
5. Sonhos e utopias dos (as) educandos (as) do Polo Maranhão
6. Festa Comunitária Cidadã
7. Ações de Mobilização e Intervenção Social nas turmas
8. Plano de ação do Polo Maranhão 2014

Referências



1. IDENTIFICAÇÃO DO POLO MARANHÃO

ENDEREÇO DA SEDE

Rua Tenente Antônio Correia da Silva, 295, sala 02 – Bairro Parque Piauí I

CEP: 65636-640 - Timon – MA

E-mail: poloma.mova@paulofreire.org

EQUIPE COORDENAÇÃO DE POLO

Coordenação de Polo:

Jorge Fábio de Freitas

Telefone: (098) 8506-1095

E-mail: jorge.freitas@paulofreire.org

Assistente Pedagógica

Dalila Alves Calisto

Telefone: (098) 8503 -6512

E-mail: dalilacalisto@hotmail.com

Assistente Administrativo

Welquer Lima França

Telefone: (098) 8503 -9623

E-mail: welquerlima19@hotmail.com

Articulador Social

José Josivaldo Alves de Oliveira

Telefone: (088) 9737-6600

E-mail: josivaldone@yahoo.com.br



Coordenação pedagógica nacional

Claudilene Gonzaga

Telefone: (75) 82139851

E-mail: dilene.mova@paulofreire.org

Coordenação administrativa

Simone Pereira

Telefone: (11) 954920990

E-mail: simone@paulofreire.org



1.1 IDENTIFICAÇÃO DOS NÚCLEOS DO POLO MARANHÃO

NÚCLEOS	COORDENADOR (A) LOCAL	LOCAL DE FUNCIONAMENTO	Nº DE TURMAS
TIMON	Evanilson Fernandes Maia	STTR - Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; Rua Benedito Leite, 1007, Centro	13
PARNARAMA	Maria Gonçalves da Conceição	STTR - Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; Avenida Carolina, 125, Centro	17

Total de Turmas: 30 Total Educandos: 731

Parceiro



Patrocínio





2. APRESENTAÇÃO

O Polo Maranhão busca apresentar neste documento os princípios, diretrizes e propostas de ação, que fundamentam o Projeto MOVA-Brasil, dando revelado aos aspectos geográficos, sociais, políticos, econômicos, educacionais, culturais e ambientais que caracterizam a realidade social no estado do Maranhão.

O Projeto Eco-Político-Pedagógico se define como o plano norteador de todas as ações socioeducativas previstas durante o decorrer desta etapa. Trata-se de uma construção humanamente coletiva, onde todos (as) os (as) sujeitos envolvidos no processo, entre eles, educadores, educandos, coordenadores locais e coordenação de polo tornam-se corresponsáveis tanto na elaboração e/ou planificação da teoria como também na aplicação desta.

O PEPP do MOVA-Brasil compreende-se em três partes fundamentais: uma geral, que aponta os fundamentos teóricos do Projeto, a leitura de mundo, que evidencia os aspectos gerais e específicos do Polo, e o plano de ação demarcado para o ano de 2014, durante toda a etapa do Projeto.

Na parte geral do projeto definido como marco referencial, procuramos salientar os princípios que subsidiam a concepção metodológica de alfabetização freireana, bem como, um pouco da historicidade do estado do Maranhão, mais precisamente na região do Vale Parnaíba, onde os núcleos de alfabetização estão situados.

Na segunda parte, ressaltamos o processo de leitura de mundo vivenciado nas turmas de alfabetização, colocando em evidência as especificidades advindas das comunidades.

Na terceira e última parte, reafirmamos, de forma periódica, quais serão as principais ações a serem desenvolvidas pelo Projeto nesta etapa.

Esperamos que essa construção possa despertar inúmeras reflexões sobre o nosso fazer político e pedagógico, animando-nos sempre a marchar juntos por uma melhor educação, e, por conseguinte, por um mundo mais justo e socialmente habitável.



3. MARCO REFERENCIAL

Em uma das suas célebres frases, Paulo Freire dizia que “a prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo”, isto é, a concepção libertadora do conhecimento nos coloca em um movimento dialético permanente, onde a nossa ação produz uma reflexão e do resultado desta reflexão cria-se uma nova ação mais consciente e com maiores possibilidades de intervenção no mundo.

Em linhas gerais, podemos dizer que o significado processual da leitura de mundo nada mais é do que este movimento dialeticamente definido por Freire como práxis= ação + reflexão + ação.

Segundo Freire, não se podem interpretar os códigos linguísticos sem antes interpretarmos o mundo. Essa concepção inovadora sobre o processo de ensino-aprendizagem possibilitou-nos reflexões embrionárias sobre o verdadeiro papel da educação na sociedade, de modo que, sublinhou a perspectiva política da educação, que até então não havia sido tão evidenciada.

Ao afirmar que, toda e qualquer educação é necessariamente política, Paulo Freire chama a nossa atenção para o papel colonizador e dominante da educação, denominado por ele, de educação bancária, ao mesmo passo em que, nos convida a experienciar uma nova concepção educativa, uma educação popular, a quem ele denominou de educação libertadora.

Para ele, esse é o caminho mais assertivo para se construir uma nova sociedade, pois fazer educação popular é, antes de tudo, conscientizar o povo, é tematizar e problematizar o mundo, estudar aquilo que é real, que têm sentido na vida das pessoas. Em última análise, a educação popular é o processo de conscientização da classe trabalhadora, para que, depois de conscientizada, possa se organizar e fazer a revolução popular.

Deste modo, em consonância com o Marco Referencial do Projeto MOVA-Brasil apresentamos as concepções teórico-metodológicas que reafirmam a identidade do Polo Maranhão.

3.1. Princípios da Educação popular

“A história da educação brasileira é a história da educação do colonizador. A pedagogia do colonizador forma gente submissa, obediente ao autoritarismo do colonizador. Nessa pedagogia, o educador tem por função policial a educação para que não se desvie da ideologia do dominador”.



(Gadotti, 1982:13)

Compreendemos que a educação popular deve ser entendida como “uma prática educativa e social que, através da ação dialógica, efetiva o processo de “conscientização, organização e síntese cultural” das classes populares (Freire, 1993)”.

Com base nessa reflexão, podemos salientar que, um dos papéis centrais do paradigma da Educação popular é o de tornar conscientes as classes populares, na medida em que, ao imergir sobre a sua realidade, os indivíduos alcançarão uma consciência plena, ao ponto de estarem aptos a emergir sobre ela.

Dependendo de quem esteja a serviço o modelo de educação, esse processo de tomada de consciência pode se revelar tanto no ambiente sócio - político como no ambiente político-pedagógico, haja vista que, a educação não se materializa somente em espaços formais, e sim em espaços informais e não formais.

Para uma melhor compreensão, elencamos alguns princípios básicos que fazem da Educação popular uma alternativa para o modelo de educação imposto pela sociedade burguesa.

I. A educação popular tem um vínculo com as lutas sociais; A educação popular nunca tem um sentido em si mesma, isto é, ela é uma consequência da luta popular e foi constituída pela classe trabalhadora, com base numa necessidade histórica e ideológica.

II. O conhecimento produzido pela Educação popular baseia-se nos saberes construídos popularmente pelo povo;

III. Na proposta de educação popular, tanto o educando como o educador são sujeitos aprendentes; aqui, a posição hierárquica que o educador ocupa não o torna mais e nem melhor, pois, ao ensinar, ele acaba por aprender, visto que, está assim como o educando, vivenciando novas situações e lidando com novos conhecimentos e novas leituras sobre o mundo.

Iç. A educação popular defende uma nova perspectiva para a educação, onde ela sirva para nos libertar das opressões impostas pelo sistema capitalista, nos tornando sujeitos da nossa própria história e não para domesticar os indivíduos, ao colocá-los numa condição de oprimidos.

ç. A educação popular tem como ideário a construção de um mundo mais justo e igualitário, portanto, entende que a sua afirmação é também uma forma de fortalecer a construção dessa utopia coletiva.



3.2. Concepção de Educação do campo

A educação do Campo é resultado do fortalecimento da luta e da organização dos camponeses no Brasil. Foi constituída na década de 80 pelos militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem – Terra, com o objetivo de desconstruir a invisibilidade que, até então, se coloca sobre o campo e sobre os sujeitos que residem no campo, através de uma nova concepção metodológica de educação, entendendo que, a terra não foi o único direito negado ao povo camponês, o acesso ao conhecimento também foi um direito historicamente violado.

É preciso superar a dicotomia que existe entre o campo e a cidade, rompendo com a visão histórica de que, o campo é sempre o lugar do atraso, e que ser camponês ou camponesa é ser matuto, ignorante, atrasado, etc.

No Projeto MOVA-Brasil, vemos a necessidade de propor e de fortalecer esse debate de modo permanente, visto que, a grande maioria dos nossos educandos está situada no campo, aonde o percentual de analfabetismo chega a 23, 2%, bem maior do que se comparado ao percentual urbano, que é de 7, 6%, indicam dados do IBGE de 2010.

O interesse pelo aprofundamento desta temática no Polo Maranhão surge a partir da identificação da realidade dada às populações camponesas do Estado do Maranhão. As condições de vida do campesinato no Estado são absurdamente precárias. Na grande maioria das comunidades não há escolas adequadas, postos de saúde, água tratada, políticas de incentivo a renda e habitação (muitas moradias são feitas de taipó), não há rede de esgoto e em muitas casas não há banheiros, necessitando da oferta imediata de políticas e serviços públicos que atendam toda a população privada desse direito.

“As políticas educacionais brasileiras quando pensaram a especificidade da população trabalhadora do campo sempre o fizeram na perspectiva do “para”, nem “com” e muito menos “dos” trabalhadores”
(Caldart, 2008:72)

Nesse contexto, a Educação do Campo visa denunciar a precarização das políticas públicas, buscando estabelecer um "trato menos privado do público" (ARROYO, 2004:93). A reprodução do uso privado do público tem favorecido o atraso e a precarização do espaço camponês. Durante toda a história, o governo tem demonstrado um alto grau de desinteresse para com os



camponeses. As primeiras manifestações legais para o campo foram incorporadas na constituição de 1934. Mas, as políticas públicas necessárias para a efetivação dessa determinação nunca foram implementadas. Somente com o marco constitucional de 1988 é que se firmaram algumas especificidades legais voltadas para a classe camponesa, como por exemplo, a garantia do acesso à educação rural, conquistado tardiamente.

Recentemente foram aprovadas as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo pelo Conselho Nacional de Educação e, estão constituídas na resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002.

Representa uma conquista memorável no sentido da história e das lutas sociais emergidas no campo. Garantir os direitos básicos *do campo no campo* se configura como uma das urgências históricas de nosso tempo.

À Educação cabe um papel preponderante de afirmação e garantia dos direitos humanos, na medida em que, faz com que os homens e as mulheres se reconheçam como sujeitos de direitos.

Nas palavras de Paulo Freire, vemos que, a educação sozinha não transformará a sociedade, porém, sem ela não transformaremos a sociedade. Precisamos estar para além dela, para além das salas de aula, organizando e mobilizando o povo em fileiras de luta, no entanto, para que isto se protagonize é preciso antes a manifestação da consciência dos direitos, e isto só se realiza por meio da Educação, seja ela formal, informal ou não formal.

Dentro de todas essas questões, é importante termos clareza do nosso papel enquanto construtores da Educação Popular e do quanto essa alternativa educacional dialoga diretamente com o paradigma da Educação do Campo.

Entendemos que debater a Educação do campo significa conhecer melhor quem são os educandos do campo, conhecer a cultura camponesa, fora dos estereótipos, assim como, reconhecer um outro jeito possível de promover a educação para o povo camponês, onde os mesmos sintam-se protagonistas do processo educativo.

3.3. Função social da educação

“A escola vai reproduzir os estereótipos da cidade sobre a mulher e o homem rural? Aquela visão de jeca, aquela visão em que o livro didático e as escolas urbanas reproduzem quando celebram as festas juninas? É esta a visão? Ou a escola vai recuperar uma visão positiva, digna, realista, dar outra imagem ao campo?”



(Arroyo, 1999:16)

É partindo dessa reflexão que propomo-nos a pensar a educação enquanto concepção ideológica, que deve está a serviço da classe proletária.

Defender uma nova forma de pensar e fazer a educação significa construir um destino menos desigual para as sociedades por meio da palavração, onde a nossa intervenção consciente sobre o mundo nos fará romper com a condição de opressores e oprimidos, exploradores e explorados, vencedores e vencidos.

É por esta razão que afirmamos que a Educação popular dialoga com o Projeto MOVA-Brasil. Trata-se de uma proposta educacional que visa promover a dignidade humana por meio de um curso de alfabetização que melhore as condições de participação cidadã, de trabalho e de geração de renda, garantindo aos educandos, às educandas e às comunidades a oportunidade de reconstruírem seus destinos e de conquistarem o direito à cidadania plena e participativa.

Com isso, faz-se necessário reafirmamos, de modo ininterrupto, a materialização da concepção emancipadora da educação, a fim de, fortalecermos ainda mais o processo de luta e resistência da classe trabalhadora, multiplicando as possibilidades de gestação de um novo mundo.

3.4. Concepção de cultura

De acordo com Bogo (2009) “a cultura deve ser entendida como sendo tudo o que existe transformado na natureza pelo esforço humano e que faz sentido de existir”

Notem que a cultura é definida como aquilo que agrega sentido para a vida humana, logo, podemos compreendê-la como uma das condições determinantes na construção histórica do ser humano, visto que, o meio social é responsável, em grande medida, pelo processo de experiencição dos seres humanos com o mundo.

A partir deste contato experiencial com o mundo que nós, seres humanos, construímos saberes que, mais tarde, ao serem socializados e problematizados, se tornarão o que chamaremos de conhecimento popular.

Daí a grande contribuição da cultura neste processo, pois, trata-se principalmente de associar a escola à vida real dos educandos, aproximá-la da concretude da vida e não tomá-la como coisa à parte, alheia ao processo histórico.



3.5. Concepção de educação e trabalho

Trabalho, emprego e renda

Primeiramente, é preciso que nos atentemos para a diferenciação ideológica entre a concepção de trabalho e a concepção de emprego na nossa sociedade. Compreendendo que, como trabalho, entendemos a autoprodução e reprodução da espécie humana, enquanto que, como emprego entendemos a relação meramente mercadológica, no qual o possuidor dos meios de produção paga pelo trabalho de outros, que não são possuidores dos meios de produção.

O homem no mundo e com o mundo

Segundo Mounier, “todo trabalho trabalha para fazer um homem ao mesmo tempo em que uma coisa”. Isto quer dizer que, por meio do trabalho, o homem estabelece relações com a natureza, consigo mesmo e com os demais seres. O trabalho corresponde à atividade vital do ser humano. Define-se como uma “ação dirigida por finalidades conscientes” (MARTINS, 1986). Graças ao trabalho, o homem e a mulher são capazes de reelaborar a sua própria existência na sociedade, se automodificando e modificando a sua própria cultura.

Economia solidária

Entende-se como economia popular ou solidária, a afirmação de uma filosofia socioeconômica que visa garantir o acesso ao trabalho às populações que foram historicamente excluídas pela lógica mercantil do sistema capitalista:

(...) a economia solidária é um movimento de alcance global que nasceu entre os oprimidos e os velhos e novos excluídos, aqueles cujo trabalho não é valorizado pelo mercado capitalista, sem acesso ao capital, às tecnologias e ao crédito. É deles e dos ativistas e promotores da economia solidária, que emerge a aspiração e o desejo de um novo paradigma de organização da economia e da sociedade.

(LOUREIRO; LEITE; CEVASCO, 2003)

Gadotti destaca ainda que, a economia solidária assume, hoje, um rico processo em curso regido pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação. Ela representa uma grande esperança de transformação do modo como produzimos e



reproduzimos nossa existência no planeta.

O Projeto MOVA-Brasil busca fortalecer ações que promovam a economia solidária e a formação profissional das educandas e educandos do campo e da cidade. Para isso, conta com a parceria de órgãos ou instituições certificadas para a oferta dos cursos, que têm como meta atender no mínimo 10% dos alfabetizando.

Trabalho como princípio educativo

O MOVA-Brasil ao assumir uma pedagogia libertadora de toda e qualquer opressão, concebe o trabalho como prática transformadora da realidade, do mesmo modo, seguindo este mesmo conceito, compreende que a economia não deve ser pensada como uma prática exploratória, mas solidária.

Sob o ponto de vista histórico, o trabalho têm sido cada vez mais mercantilizado, sendo usado apenas como um meio para adquirir lucratividade, de tal modo que, quanto maior o lucro, mais forte a exploração se manifesta.

Contrapondo-se a essa visão alienante e exploradora do trabalho, propomos a afirmação do trabalho como princípio educativo, na tentativa de, possibilitar o debate em torno da reconstrução das relações de trabalho que, em resumidas linhas, podemos definir como, a relação entre o ser humano, natureza e sociedade.

3.6. O nosso olhar sobre os educandos

“Quando mudamos o nosso olhar sobre os educandos, tudo muda, os conteúdos, a didática”

Segundo Arroyo, um dos avanços mais determinantes da construção de um outro profissional da educação têm sido a reconstrução do olhar docente sobre os educandos.

Nas últimas décadas, tem se construído cada vez mais o entendimento de que, devemos primeiro olhar para os educandos e só depois olhar para o conteúdo. Isso não significa que, deixaremos de nos preocupar com os conteúdos da nossa docência e os seus métodos, mas, é a ideia de que, a centralidade do olhar sobre os educandos nos permite conhecê-los melhor.

Refletir sobre esta questão nos faz pensar ligeiramente nas seguintes perguntas: Estamos sendo formados para olhar os educandos? Em que medida, estamos conhecendo o nosso público jovem, adulto e idoso? Como os vemos? O que sabemos das suas trajetórias humanas? Como



vivem seus tempos? Ao conhecer o nosso público, que benefícios são garantidos para o campo da pedagogia?

É importante refletirmos essas questões, como forma de perceber o quanto o conhecimento dos educandos contribui na identificação do tempo histórico de cada um, seja ele, jovem, adulto ou idoso e, portanto, na identificação dos conhecimentos que serão úteis para o tempo de vida no qual ele está inserido.

A partir dessa perspectiva, o Projeto MOVA-Brasil aponta as concepções e os principais desafios vivenciados por nossos jovens, adultos e idosos.



3.6.1. Concepção de jovem

Segundo estimativas, cerca de 25% da população brasileira é composta por jovens. Este número se torna ainda mais exorbitante quando demonstramos o que isso representa mundialmente.

Esses 51,3 milhões de jovens brasileiros somam a metade de toda a juventude da América latina e 80% do cone sul. No entanto, a realidade é que, mesmo representando uma parcela considerável, poucas são as políticas públicas planejadas e direcionadas aos jovens no nosso país.

Uma das consequências desse descaso passa a ser refletida nos tristes dados de violência.



Os dados do Mapa da Violência 2014 apontam que, os jovens negros e do sexo masculino estão entre as principais vítimas da violência, correspondendo cerca de 53,4% do total de mortes deste país, isto é, 30,072 dos jovens, com idade entre 15 e 29 anos são vítimas de homicídio.

Segundo estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), a desigualdade social está entre as principais causas da violência entre os jovens.

Dados como esses colocam em xeque todo o processo de marginalização (exclusão) no qual os jovens estão submetidos e, nos permite compreender que, para equacionar o problema da violência é preciso não só avançar em políticas públicas em curto prazo, como, a oferta de educação e segurança pública, mas é necessário principalmente pensar em longo prazo, isto é, compreender que a violência só se encerra com o fim do sistema capitalista, uma vez que, a desigualdade é produzida e mantida pelos opressores.

3.6.2. Concepção de adulto

Ao contrário dos jovens, idosos e crianças, são raras as teorias sociais que discorrem sobre a fase adulta.

Segundo dados do Projeto, os adultos (com a idade entre 30 a 59 anos) constituem a grande maioria dos educandos (as) do Polo Maranhão, cerca de 70, % do total.

Por definição, entende por adulto, o sujeito que adquire, sobretudo, independência financeira. É incontestável a valorização do trabalho na construção da identidade adulta.

Acreditamos que os (as) educandos (as) adultos (as) por se tratar de pessoas com objetivos em sala de aula, muitas vezes motivados (as) pelas questões relacionadas à sua atividade profissional, tendem a contribuir significativamente para que as aulas atendam às necessidades práticas cotidianas, trazendo elementos do seu trabalho (entendido como cultura) que devem ser tratados como conteúdo das aulas.

3.6.3. Concepção de idoso

Segundo o texto de apresentação do Estatuto do Idoso, Lei Federal n.º10.741, é considerada idosa pessoa com 60 anos ou mais. De acordo com o Estatuto, no Brasil, tem aumentado muito os anos de vida da população e isso tem provocado algumas medidas necessárias por parte da sociedade e do poder público diante desse novo quadro. Segundo o documento, o aumento da longevidade e a redução das taxas de mortalidade, nas últimas décadas



do século passado, mudaram o perfil demográfico do Brasil. Rapidamente, deixamos de ser um “país de jovens” e o envelhecimento tornou-se questão fundamental para as políticas públicas. Os brasileiros com mais de 60 anos representam 8,6% da população. Esta proporção chegará a 14% em 2025 (32 milhões de idosos). Embora o envelhecimento populacional mude o perfil de adoecimento dos brasileiros, obrigando-nos a dar maior ênfase na prevenção e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis, nossa maior atenção precisa se voltar para as políticas que promovam a saúde, que contribuam para a manutenção da autonomia e valorizem as redes de suporte social.

Nesta 6ª etapa do Projeto, as pessoas idosas representam 11,9% do total. No Projeto MOVA-Brasil, olhamos para o idoso como uma pessoa de muita experiência de vida e muitos saberes a serem compartilhados com outros idosos, com os adultos e, principalmente, com as pessoas mais jovens que constituem as nossas salas de aula, estabelecendo uma relação de colaboração e solidariedade entre as diferentes faixas etárias, com a certeza de que todas têm muito a contribuir com as outras e muito que aprender entre elas.

Temos a compreensão de que essas pessoas com 60 anos ou mais são portadoras dos mais variados tipos de conhecimentos já testados nas atividades práticas do cotidiano da vida. Além disso, entendemos que elas apresentam desejos e necessidades específicas de sua faixa etária, devendo ser contempladas na seleção, organização e abordagem dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula, fazendo valer o direito à educação ao longo da vida.

3.7. Concepção de gênero e diversidade

A questão de gênero e diversidade têm conquistado cada vez mais espaço no campo do debate social e político, no entanto, o alcance da autoafirmação e da organização das mulheres no contexto social é ainda um grande desafio posto na sociedade.

O sistema capitalista e patriarcal no qual todos nós estamos inseridos se estrutura a partir das desigualdades de classe, sendo, a divisão sexual do trabalho um dos mecanismos de maior opressão para com as mulheres.

Para rompermos com essa realidade que está projetada é necessário que se intensifique um processo de lutas protagonizadas pelas mulheres junto à luta histórica ante firmada pelos movimentos sociais de massa. Sem a unificação das lutas em prol do desmantelamento do sistema econômico que opera nos dias de hoje não há como vivenciar a igualdade de gênero, quiçá a



igualdade entre as classes sociais.

Nesse sentido, o Projeto MOVA-Brasil ao compartilhar do mesmo anseio de democratização das sociedades, passa a se colocar também diante dessa questão, objetivando a conquista e elevação de direitos para a população analfabeta.

Segundo dados da Unesco (2010) dos 796 milhões de analfabetos no mundo, dois terços (cerca de 530 milhões) são mulheres. No polo Maranhão, as mulheres também representam a maioria de analfabetos com mais de 15 anos de idade, cerca de 60 %, pois, assim como o voto, a educação também foi um direito conquistado tardiamente pelas mulheres.

Hoje em dia, mesmo tendo conquistado o direito para acessar a educação, muitas mulheres ainda sentem este direito sendo violado.

No Polo Maranhão, temos relatos de mulheres que não frequentam a escola porque o seu companheiro não permite ou quando participam é na companhia do seu esposo. Isso nos mostra, mais uma vez, o quanto a cultura machista ainda é predominante no seio familiar, do mesmo modo em que, nos faz perceber o quanto a luta e a organização das mulheres é necessária. Trata-se de uma realidade injusta e desumana assistida todos os dias.

Durante o processo de leitura de mundo nas turmas foram identificados temas geradores que denunciaram esta questão: violência doméstica, quebradeiras de coco, saúde da mulher, DST, entre outros.

A partir disso, os (as) monitores (as) vêm trabalhando essas temáticas nas salas de aula, no intuito de promover a consciência sobre a igualdade de gênero, um assunto que ainda é visto e tratado como tabu na sociedade.





3.8. Concepção de conhecimento, ensino e aprendizagem

Para Paulo Freire, a relação entre ensino e aprendizagem é duplamente construída pelos sujeitos, na medida em que, quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender.

Segundo ele, o educando não é o único aprendiz no processo educativo, pois ao experimentar a práxis alfabetizadora, o educador também interage com novos saberes e novas experiências, que não haviam sido vivenciadas antes.

Freire descreve também que, a prática de ensinar não deve ser vista como um ato de depositar ou transferir conhecimentos aos educandos, como se os mesmos fossem meras tábuas rasas, desprovidas de todo e qualquer saber.

Para ele, ensinar significa criar possibilidades sociopedagógicas para que o educando desvele o seu próprio conhecimento. Dessa forma, entende que, cada educando carrega consigo leituras de mundo e vivências que categoricamente falando, representam o seu conhecimento de mundo, isto é, o conhecimento empírico sobre a realidade, e o que seria o conhecimento senão uma mera representação simbólica da realidade?

Entendemos que a principal finalidade do conhecimento é o de contribuir na melhoria da vida das pessoas, por esta razão, novamente recorremos a Freire quando o mesmo afirma que, educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante.

Levando em conta essas questões, o Projeto MOVA-Brasil defende uma nova concepção de educação pautada nos princípios filosóficos, políticos e sociais da Educação Popular e Freireana.

4. LEITURA DE MUNDO DO POLO MARANHÃO

No ano de 1612, aguçados pelo sucesso da atividade açucareira, comerciantes e nobres franceses se associaram em um empreendimento comercial. Contando com o incentivo do rei, tentaram organizar uma colônia no Brasil, a França Equinocial, em um vasto território ainda não ocupado pelos portugueses – o atual estado do Maranhão.

A expedição francesa, comandada por Daniel de La Touche, fundou o Forte de São Luís, em homenagem ao rei da França, e que deu origem à cidade de São Luís, hoje capital do Maranhão.



Entretanto, os portugueses expulsaram os franceses em 1615 na batalha de Guaxenduba, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, e passaram a ter controle das terras maranhenses. Nesse episódio, foi importante a participação de povos indígenas que somaram forças a ambos os lados e estendendo o tamanho da batalha.

Em 1682, a Coroa Portuguesa decidiu criar a Companhia de Comércio do Maranhão. Tal Companhia tinha o dever de enviar ao Estado do Maranhão um navio por mês carregado de escravos e alimentos como azeite e vinho. Assim, Portugal pretendia aumentar o comércio na região.

Mas a estratégia não dera certo. A companhia abusava nos preços e, por vezes, atrasava os navios. Isso somado às péssimas condições de vida na época fez com que entre os colonos se criasse um clima de hostilidade contra a Metrópole. Liderada por Manuel Beckman em 1684, começa uma revolta nativista conhecida como a Revolta de Beckman. Os revoltosos queriam o fim da Companhia de Comércio do Maranhão e a expulsão dos jesuítas, pois a Companhia de Jesus era contra a escravidão indígena (principal fonte de mão-de-obra na época).

Os revoltosos chegaram a aprisionar o Capitão-Mor de São Luís e outras autoridades, e expulsaram os jesuítas, mas foram derrotados pelas forças da Coroa. Manuel Beckman foi condenado à morte e enforcado em praça pública, apesar de seu irmão, Tomás Beckman ter ido à Portugal para falar diretamente ao rei o motivo da revolta. O movimento conseguiu fazer com que a Companhia fosse extinta, mas não foram atendidos sobre a expulsão dos jesuítas.

No Maranhão, as elites agrícolas e pecuaristas eram muito ligadas à Metrópole e a exemplo de outras províncias se recusaram a aderir à Independência do Brasil. À época, o Maranhão era uma das mais ricas regiões do Brasil. O intenso tráfego marítimo com a Metrópole, justificado pela maior proximidade com a Europa, tornava mais fácil o acesso e as trocas comerciais com Lisboa do que com o sul do país.

Foi da Junta Governativa da Capital, São Luís, que partiu a iniciativa da repressão ao movimento da Independência do Piauí. A junta controlava ainda a região produtora do vale do rio Itapecuru, onde o principal centro era a vila de Caxias. Esta foi a localidade escolhida pelo Major Fidié para se fortificar após a derrota definitiva na Batalha do Jenipapo, no Piauí, imposta pelas tropas brasileiras, compostas por contingentes oriundos do Piauí e do Ceará. Fidié teve que capitular, sendo preso em Caxias e depois mandado para Portugal, onde foi recebido como herói. São Luís, a bela capital e tradicional reduto português, foi finalmente bloqueada por mar e



ameaçada de bombardeio pela esquadra do Lord Cochrane, sendo obrigada a aderir à Independência em 28 de julho de 1823. Os anos imperiais pós-Independência foram vingativos com o Maranhão; o abandono e descaso com a rica região levaram a um empobrecimento secular, ainda hoje não rompido.

Atualmente, o estado do Maranhão têm se tornado mais rico economicamente, obtendo um avanço no crescimento do PIB de cerca de 15,3%, percentual extremamente superior ao nível alcançado no mesmo período pelo nosso país, que foi de 2,7%, porém, o que percebemos é que, muito embora tenha ocorrido um aumento econômico em larga escala, essa riqueza permaneceu concentrada nas mãos de poucos.

Não é à toa que, entre os 50 municípios mais pobres do país, 32 estão no Maranhão. O estado está dividido em 217 municípios e conforme contagem populacional realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), totaliza 6.574.789 habitantes considerados o quarto estado mais populoso do Nordeste. O crescimento demográfico é de 1,5% ao ano e a densidade demográfica é de 19,8 habitantes por quilômetro quadrado.

A população do Maranhão é uma das mais miscigenadas do Brasil, de acordo com o IBGE, 68% dos habitantes são pardos, resultado da mistura de diferentes composições étnicas. A maioria da população estadual é composta por afro - descendentes, consequência do intenso fluxo de tráfico negreiro entre os séculos XVIII e XIX. Atualmente, o Maranhão possui mais de 700 comunidades quilombolas, sendo, portanto, o estado que detém a maior quantidade de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil.

Atualmente, o estado lidera o ranking dos piores índices sociais entre os estados brasileiros, chegando a atingir uma renda per capita de apenas R\$ 408,00.

No que tange à educação, os dados novamente demonstram insuficiência. A quantidade de analfabetos com mais de 15 anos de idade no estado atinge cerca de 20,88% de toda população, o que equivale aproximadamente a um milhão de pessoas. Sendo que, nos últimos quatro anos, houve um aumento de quase dois pontos percentuais na taxa de analfabetismo, estando com o percentual de 19,1% no ano de 2009, onde ocupava o 4º lugar, subindo para 20,8% no ano de 2012, passando a ocupar o 2º lugar no ranking, ultrapassando os estados do Piauí e Paraíba e perdendo apenas para o estado de Alagoas.

Se observarmos o infográfico abaixo, é possível mensurar o que foi dito, fazendo um comparativo com os demais estados brasileiros. Junto ao Maranhão está o estado de Alagoas e



Piauí.



Se tratando analfabetismo infantil, os números são ainda maiores. Enquanto que a nível nacional, o analfabetismo atinge 15, 3% das crianças, 3 em cada 20 crianças com idade de 8 anos não sabem ler nem escrever, nos estados do Pará e Maranhão esse percentual sobe para 40%.

Nota-se que mesmo com um salto quantitativo do Brasil no ensino fundamental, com quase 98% de crianças entre 7 a 14 anos matriculadas, ainda assim, a alfabetização continua a apresentar índices preocupantes.

Nos municípios atendidos este ano pelo Projeto MOVA-Brasil, Timon e Parnarama, encontramos índices pouco diferentes destes apresentados acima, nos quais o município de Timon apresenta um percentual de 24,3 % de analfabetos, e o município de Parnarama, um percentual de 43,7 %, destacando-se como um dos municípios com grande índice de analfabetos no estado.

Olhando-se para esses percentuais e conscientes dos futuros e grandes empreendimentos do capital na região do Médio Parnaíba, como exemplo, a construção de, pelo menos, cinco barragens de pequeno/médio porte na região; uma delas, a construção da barragem Castelhana que afetará diretamente a cidade de Parnarama, onde está o nosso maior núcleo, com 17 turmas



em funcionamento, o Projeto MOVA-Brasil em articulação com o MAB (Movimento dos atingidos por barragens) inicia a sua participação no estado, visando contribuir para a redução significativa do alto índice de analfabetismo, além de promover uma maior participação cidadã das pessoas sobre a sua realidade.

A atuação do MAB na região é recente, no entanto, a nível nacional, O MAB (Movimento dos atingidos por barragens) possui um extenso histórico de luta e organização social em defesa dos direitos das famílias atingidas, somando mais de 20 anos de lutas e conquistas.

De acordo com o MAB, existem no Brasil cerca de 2 mil barragens, sendo que, aproximadamente um milhão de pessoas já foram expulsas de suas terras.

Ao longo dos anos, o MAB vem denunciando o padrão vigente de implantação de barragens que, por sua vez, tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos forjados durante a ditadura militar brasileira e que persistem até os dias de hoje.

Dessa forma, para que o projeto fosse iniciado na região foram previstos a composição de 30 turmas de alfabetização e os respectivos 30 monitores, visando atender aproximadamente 600 educandos em todo o estado, além da seleção de 02 coordenadores locais, representando cada município (núcleo) a ser atendido junto à equipe de polo, que é composta por 03 pessoas, dos quais temos, 01 coordenador de polo, 01 assistente técnico-pedagógica e 01 assistente administrativo.

Considerando essa estimativa, informamos que, no total, foram mobilizados 769 educandos, sendo que atualmente, 731 educandos encontram-se ativos, isto é, frequentando as turmas de alfabetização.

No que se refere à composição das turmas, tivemos 03 substituições no decorrer da etapa, devido algumas desistências de monitores (as); por sentirmos dificuldade em encontrar profissionais com um grau de instrução exigido pelo Projeto nas comunidades, as turmas tiveram que ser substituídas, dando espaço para a participação de novas comunidades.

Quanto aos monitores (as), o polo Maranhão também não foge à regra com relação à predominância histórica das mulheres em profissões que remetem cuidados, 79, 4% das monitoras são do sexo feminino e apenas 20, 6% correspondem ao sexo masculino.

Outro dado que merece destaque se refere ao grande percentual de monitores com idade juvenil, entre 18 a 29 anos, compreendendo cerca de 60% do total de colaboradores.

Quanto aos níveis de escolaridade dos monitores, notamos que, a grande maioria, cerca de



55%, possui ensino médio completo, enquanto que 20, 6% encontram-se cursando pedagogia, e apenas 5,9% possuem ensino superior completo, outros 2,9% estão cursando o ensino médio e 11, 8% têm apenas o ensino fundamental.

Se tratando da experiência profissional dos monitores, os dados afirmam que, 79, 4% não possui nenhuma experiência docente. Trata-se de um fator preponderante para o Projeto que prevê a formação continuada de todos os alfabetizadores, tornando-os educadores populares, defensores da pedagogia freiriana.

No que tange à caracterização dos educandos ativos no Projeto, percebemos que, 57,9% equivalem ao sexo feminino e 42,1% ao sexo masculino, prevalecendo a faixa etária de 30 a 59 anos de idade, com um percentual de 68, 4%, quatro vezes maior que o índice subsequente, que corresponde a idade juvenil, de 18 a 29 anos, e apresenta um percentual de apenas 16, 9%.

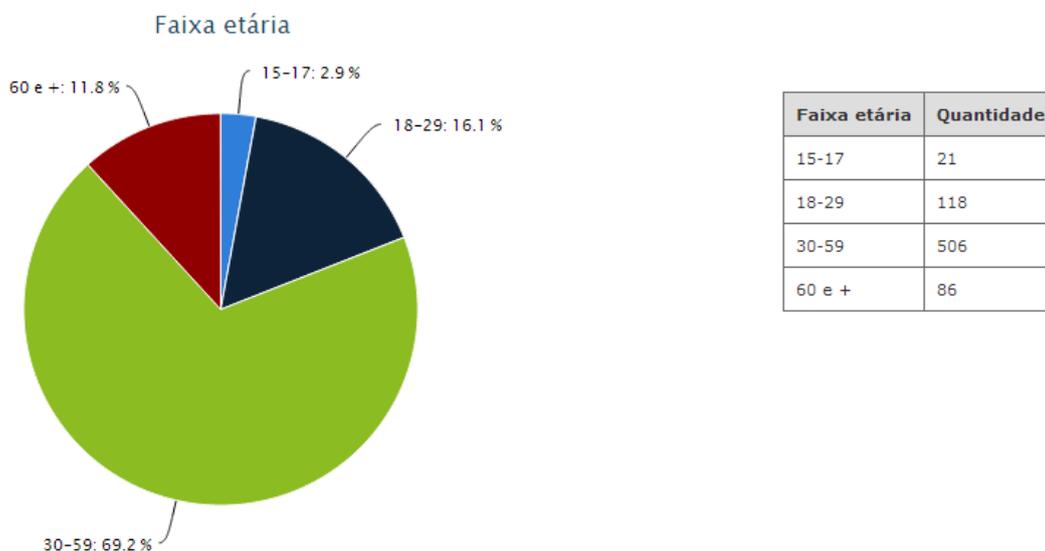


Figura 1 Faixa Etária dos Educandos

Ao serem questionados sobre a sua cor, 74,5% afirmaram que se declaram pardos, enquanto que só 16,5% declaram-se pretos, 7,1% brancos, 1% amarelos e somente 0,9% afirmam-se indígenas.

Amostras quantitativas como essas nos ajudam a refletir e a trazer para o centro de nossas discussões, um debate ainda tão necessário, quanto urgente, que é o debate sobre a diversidade étnico-racial brasileira, dando luz à forte marginalização e exclusão dos negros da nossa sociedade.

A exploração e o preconceito com os negros são tão predominantes na sociedade que reconhecer-se como negro representa um grito de liberdade, de afirmação da luta e ressignificação da identidade étnico-racial, que só cessará com o fim das desigualdades.



Se tratando do nível de escolaridade dos educandos, temos o seguinte panorama:

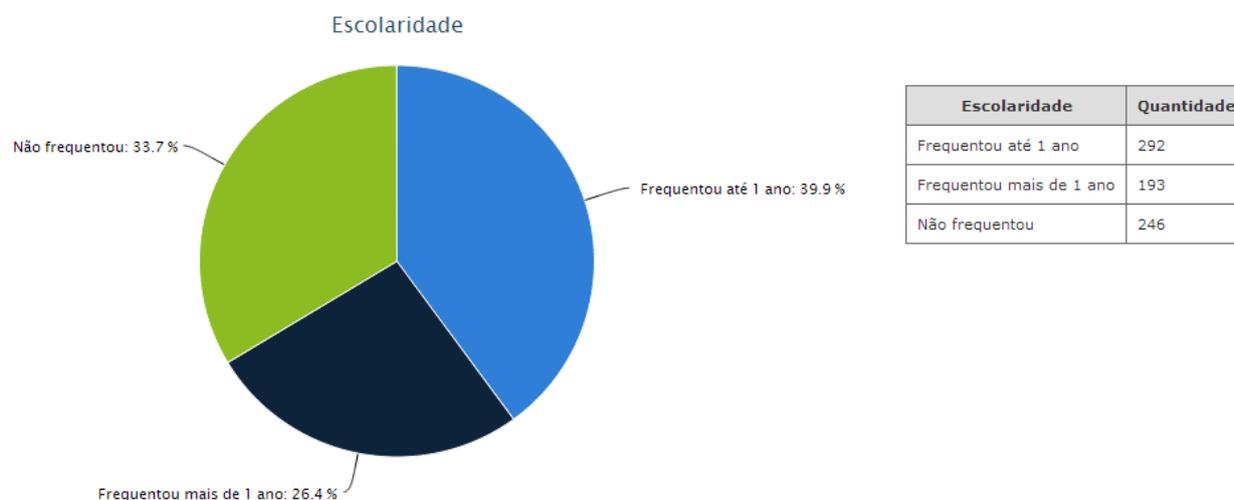


Figura 2 Nível de Escolaridade

Como podemos perceber, os percentuais que predominam no gráfico correspondem aos educandos que frequentaram até um ano, com 39,3% e dos educandos que nunca frequentaram, com 34,1%. Sendo que no município de Parnarama, esses percentuais encontram-se acima da média, no qual somam - se 41,1% o número de educandos que frequentaram a escola no período de até um ano, e 37,4% o número de educandos que nunca frequentaram a escola.

No município de Timon, os dados se mostram relativamente equiparados, de modo que, 36,6% dos educandos frequentaram até um ano, 33,8% frequentaram por mais de um ano e 29,6% nunca frequentaram a escola.

Em relação às atividades econômicas desenvolvidas pelos educandos, a maioria, 61,5% se define como trabalhador (a) rural. Ainda assim, notam-se alguns equívocos na distribuição das demais ocupações, como nos mostra o gráfico abaixo:

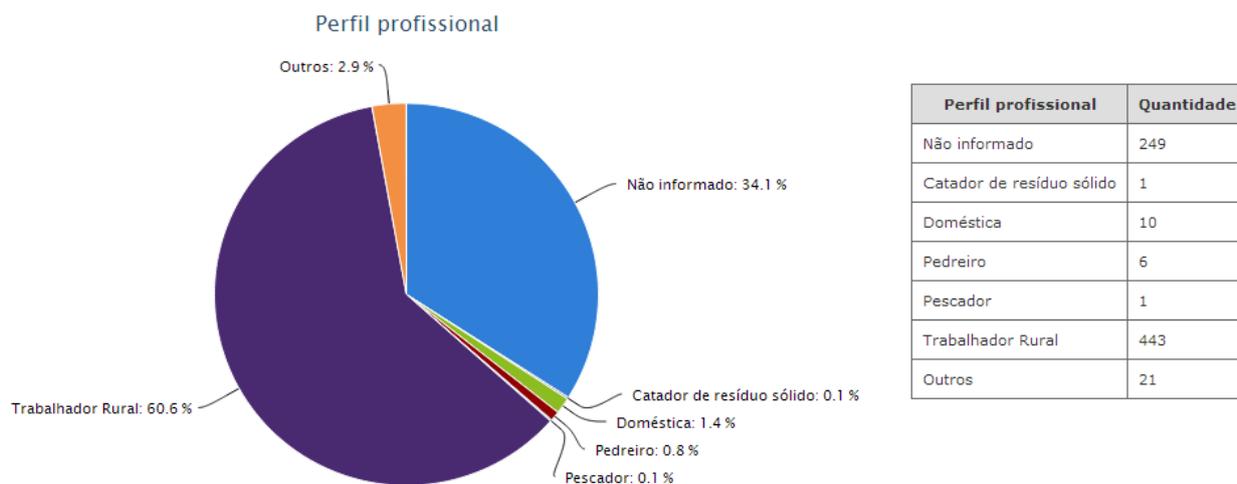


Figura 3 Perfil Profissional

Dentre o total estimado, uma parcela significativa (33,4%) de educandos não informou o seu cargo ocupacional, sendo, portanto, considerados desempregados, apenas 1,3% declararam-se domésticas e somente 0,1% pescadores.

Compreendemos que a invisibilidade do trabalho doméstico é um dos fatores que justificam esse resultado, tendo em vista que, vivemos em um sistema capitalista e patriarcal que, visando adquirir cada vez mais lucro, fez surgir a divisão sexual do trabalho, colocando o sexíssimo como um fator determinante na oferta de trabalho, pois se criou a lógica de que existe “trabalho de homem e trabalho de mulher”.

Outra profissão extremamente comum entre as mulheres da região é o extrativismo. As quebradeiras de coco (extrativistas) não se identificam como tal, visto que, não reconhecem essa atividade como uma fonte produtiva, a realização desta atividade é feita de forma culturalizada e espontânea do que propriamente como uma fonte de renda, tanto que essa ocupação não foi nem mencionada pelas mesmas durante o preenchimento do cadastro.

Contudo, entendemos que, o avanço deste processo perpassa pelo empoderamento da mulher, reconhecendo-se como sujeito autônomo e produtivo, não só dentro de casa (espaço privado), mas principalmente fora de casa (espaço público).

4.1. Leitura de mundo das turmas de alfabetização do Núcleo Parnarama

O município de Parnarama teve início no mesmo local onde é hoje a sede do município de Matões. A povoação surgiu quando ocupantes de várias sesmarias, seguindo os jesuítas que



partiram de Aldeias Altas, hoje Caxias, rumo ao sertão maranhense, deram início ao desbravamento do território, fixando-se alguns deles no sítio São José, na Gleba Atoleiro, cabendo ao sertanista Manoel José de Assunção a parte principal do trabalho, na tentativa de formar a povoação.

A passagem obrigatória de colonizadores e viajantes possibilitou o crescimento da povoação. Dois anos depois, as grandes dificuldades enfrentadas pelos fazendeiros com propriedades nas margens do rio, para atingirem a sede do município, forçaram a que um deles, Lauro Barbosa Ribeiro, utilizando o prestígio político do seu irmão, Joel Barbosa Ribeiro, lutasse pela transferência da sede para um local na margem esquerda do rio Parnaíba, onde foi iniciada a construção da nova cidade, obedecendo a um moderno plano de urbanismo.



Cidade de Parnarama – Construída em forma de leque

Figura 4 Cidade de Parnarama

Atualmente, no Município de Parnarama, podemos constatar a ausência do Estado na garantia dos direitos básicos destinados a população. De acordo com as observações feitas, há uma ausência dos serviços públicos que realmente atendam a população. Alguns bairros não possuem água encanada, falta iluminação pública, muitos jovens estão fora da escola, etc. De acordo com relatos dos monitores e monitoras, alguns bairros são resultados de ocupações, e por isso não ocorreu nenhum planejamento. Estes não possuem nenhuma assistência por parte do poder público, havendo uma grande incidência do uso de substâncias psicoativas, como também, de pessoas em situação de pobreza extrema (o que chamou atenção é que há uma escola,



considerada modelo pela gestão da escola) a mesma está situada na periferia do município, e segundo o depoimento de uma monitora, a gestão escolar não permite a matrícula de adolescentes e jovens do bairro tido como periférico, a escola recebe alunos do centro e os jovens do bairro são deslocados para a escola da sede.

Podemos identificar vários problemas sociais nos bairros do município como: alcoolismo, desemprego, violência. De acordo com os relatos dos(as) educandos(as) há uma precariedade na oferta da maioria dos serviços públicos. Como podemos observar na fala de uma das educandas:

Aqui agente não possui água encanada, temos que tá carregando nos baldes, tem lugares que água nem sobe, temos que ir pra outro bairro. Tem os postes, mas não tem luz nas ruas, a energia é fraca. Falta um atendimento na saúde.

Educanda Agostinha de Sousa Silva, Bairro Agrovema, Cidade Parnarama, MA.

Quando adentramos nas comunidades percebemos que há um agravamento destas situações, visto que, a ausência destes serviços é mais acentuada. Não há uma assistência contínua por parte da gestão municipal. O depoimento de uma educanda nos revela real situação da falta da atenção por parte do poder público, desvelando as violações de direitos que estas populações estão submetidas.

Aqui agente tem que escolher a hora de adoecer, por que primeiro não tem médico aqui, depois não tem um carro pra levar a cidade, agente só vai se tiver 150,00 reais pra pagar, se não pode chamar a família rezar no cachão.

Educanda Isaene Sousa do Nascimento, Comunidade Cajueiro, Município de Parnarama, MA.

É gritante a realidade das comunidades do município de Parnarama, algumas não possuem a equipe de atendimento previsto pelo Programa Saúde da Família, apenas a agente de saúde. A distância da sede impossibilita o atendimento a estas pessoas. Existem comunidades que ficam a 65 km da sede, onde as estradas são carroçais, em péssimas condições de acesso.

Essa situação é apenas um reflexo do descaso e da irresponsabilidade social do poder público com a Saúde no Estado do Maranhão. Números divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) informam que o Maranhão é uma das unidades da federação que menos investe em Saúde Básica. O investimento nesta área feito pelo governo do Maranhão é de apenas



3%, enquanto que, a OMS (Organização Mundial da Saúde) defende que sejam investidos, pelo menos, cerca de 6% para um sistema de saúde público e universalizado como o SUS. .

Além destes problemas, identificamos outros, como: a presença de grandes empresas que têm ocasionado uma degradação ambiental nas comunidades, e também têm se apropriado dos recursos naturais, a exemplo a SUZANO CELULOSE, a referida empresa têm apropriado terras das comunidades para a plantação de eucaliptos, e isso têm gerado grandes problemas como o aumento das carvoarias, que têm causado poluições e desmatamentos, outros problemas como a precarização do trabalho, os acidentes e possivelmente um trabalho análogo ao escravo.

4.2. Leitura de mundo das turmas de alfabetização do Núcleo Timon

O município de Timon é conhecido pelo seu grande contingente populacional e pela sua localização geográfica. Timon é o quarto município mais populoso do estado do Maranhão. Sua população chega a totalizar 161, 721 habitantes. É o quarto município do estado em produto interno bruto. Por situar-se à margem esquerda do rio Parnaíba, está conurbado à capital do vizinho estado do Piauí, Teresina, fazendo parte demograficamente e geograficamente da referida capital.

A extrema proximidade com a capital do Piauí tem dificultado o desenvolvimento da economia timonense. A maioria da população economicamente ativa (55%) trabalha em Teresina. No entanto, nos últimos anos, o município de Timon tem passado por um processo de expansão da área urbana e do comércio, representando 60% da economia local.

O comércio e a prestação de serviços são as principais atividades geradoras de receita no município. Contudo, a agricultura de subsistência e o setor informal ainda se afirmam como atividades economicamente produtivas na região.

Há exemplo disso, estão as comunidades rurais do município onde funcionam as turmas de alfabetização do Projeto MOVA-Brasil.

Na maioria das comunidades predomina-se a lavoura, pecuária e o extrativismo que, por sua vez, é composto significativamente por mulheres.

Um dado curioso é que, o estado do Maranhão compreende-se como o único estado da região Nordeste coberto em grande parte pela floresta amazônica. Na região do médio Parnaíba, onde se localizam os núcleos de alfabetização, temos um bioma misto, onde uma parte é composta pela caatinga e outra compreende o bioma amazônico. Sendo que 80% desse território



são destinados à reserva legal.

Além do turismo ecológico, o estado é reconhecido pelo turismo cultural e religioso, que expressa as características mais peculiares do estado, entre elas: o folclore (bumba-meu-boi) e a matriz africana. Características que fazem da capital do Maranhão, São Luís, um patrimônio cultural da humanidade.

Outro ponto alarmante nas comunidades é a falta de saneamento básico, realidade que está presente em praticamente todo o estado do Maranhão, tendo em vista que, de acordo com as estimativas, 90% da população do estado não dispõem de um tratamento adequado para o esgoto.

Além da ausência de um tratamento adequado para o esgoto, muitas comunidades não têm água tratada para o consumo humano.

Grande parte dos serviços públicos há exemplo, a oferta de educação e saúde, garantidas por lei como um direito de todo e qualquer cidadão e/ou cidadã têm sido historicamente negados e/ou violados pelo poder estatal.

Para que se constate isto, basta percebermos a quantidade alarmante de pessoas que não frequentam a escola e que ainda não sabem ler nem escrever, seja ela com mais ou menos de 15 anos; sem falar nas comunidades em que ainda não existe nenhuma instituição escolar ou quando existe funcionam em péssimas condições de infraestrutura, com no máximo 02 a 03 repartições.

Um exemplo gritante que podemos citar é a Comunidade Caetetu, situada a 30 km da sede do município, aonde o número de analfabetos com mais de 15 anos chega a significar a grande maioria dos moradores.

Segundo relatos da Presidente da Associação, Dona Maria Amélia, “todos os associados não sabem assinar o seu nome”. Em todas as reuniões é ela, a presidente, que registra o nome de todos e todas que participaram, pois nenhum destes sabe escrever o seu próprio nome. A mesma afirma que nunca tinha sido ofertado nenhum Programa de Alfabetização na Comunidade. A localidade até hoje não dispõe de escola nem de posto de saúde, também não há tratamento da água disponível para o consumo.

Compreendemos que isto é decorrência da falta de investimentos e sensibilização do poder público frente aos problemas histórico-sociais do estado do Maranhão. É evidente a falta de compromisso do poder público para com estas realidades.

Dessa forma, ao compartilhar do sonho coletivo de mudança e transformação social, consideramos que o Projeto MOVA-Brasil vem a afirmar-se como um dos caminhos possíveis no



fortalecimento da participação cidadã, seja ela, individual ou coletiva, contribuindo na construção de uma democracia plena para todo o povo brasileiro.

Aspectos históricos

A ocupação de Timon começou com o estabelecimento das comunicações entre a Vila da Mocha, hoje Oeiras, no Piauí, e Aldeias Altas, hoje Caxias, no Maranhão, ainda no século XVIII. A Passagem de Santo Antônio, como se chamava o ponto de travessia no Rio Parnaíba, situava-se a montante de Timon, distante treze km da sede. Até 1779, era o único aglomerado humano existente, inserido no traçado da estrada real que ligava os dois estados. Com a instalação de Teresina, em meados do século XIX, ganhou importância o porto de São José do Parnaíba (mais tarde das Cajazeiras), por situar-se privilegiadamente defronte a nova capital do Piauí. Foi então que, fazendeiros de diversas regiões e aventureiros vindos com os jesuítas que colonizaram as Aldeias Altas (MA), estabeleceram-se ao longo de outra estrada, aberta para ligar Teresina àquele povoado maranhense.

Em 1855, o presidente da Província do Maranhão, Eduardo Olímpio, promulgou uma lei elevando o povoado à categoria de vila, que passou a chamar-se São José do Parnaíba. Em 1863 em atendimento à solicitação dos conselheiros da Vila de Matões, foi revogada a lei anterior. No ano seguinte, novamente na condição de povoado, passou a ser chamado São José das Cajazeiras.

Proclamada a República, em 1889, o primeiro governador do estado do Maranhão sancionou, a 22 de dezembro de 1890, a lei que eleva o povoado de São José das Cajazeiras à categoria de vila com o nome de Flores.

Em 10 de abril de 1924, foi elevada à categoria de cidade, mantendo o nome de Flores, através da Lei nº 1.139, assinada pelo governador Godofredo Mendes Viana.

Em 1943, por exigência do IBGE que não admitia duas cidades homônimas – já havia Flores no Rio Grande do Sul- o Governador Paulo Ramos editou o Decreto-Lei nº 820, mudando o nome para Timon, numa homenagem ao intelectual maranhense João Francisco Lisboa, que deixou uma obra com o título Jornal de Timon (numa referência a um célebre filósofo da Antiga Grécia).



Figura 5 Vista aérea das cidades com a divisão hidrográfica do Rio Parnaíba



5. SONHOS E UTOPIAS DOS EDUCANDOS DO POLO MARANHÃO

“Eu nasci em S. Francisco do Maranhão. Fui uma quebradeira de coco. Nunca tive oportunidade de estudar. Agora com meus 72 anos estou estudando, graças ao Projeto MOVA-Brasil, apesar de cuidar de uma irmã especial, moro só com ela. Mas quando é a hora da minha aula...eu já fico preocupada quando eu não posso ir. Espero que eu possa frequentar até o fim e junto dos meus colegas, de minha monitora, que é uma ótima pessoa. Quando é quinta-feira sempre a gente se reúne na sala de aula com o lanche de um bolo e refrigerante e ouvindo música. Espero que quando nós terminar, venha o EJA com a mesma professora”

Educanda Delzuita Cabral dos Santos e Silva, Turma Brejo de São Félix, Município Parnarama, MA.

Poema

Coco dá azeite

Da palmeira
eu quero a palha
do coco, quero o carvão
do caroço, eu quero o azeite
para temperar o meu feijão

Do coco, eu tiro o leite
da casca, tiro o carvão
e tiro a palha
para fazer o meu barracão.

Quero coco, não é profissão
eu quebro para temperar
capão e meu feijão.

Texto produzido pela educanda Maria Dalva Silva do Nascimento, Comunidade Cajueiro, Município de Parnarama, MA

Poema

Eu sou roceiro
vivo de cavar o chão.
Minhas mãos
tão calejadas, meu senhor.
Me falta terra,
me falta casa,
me falta pão.

Vivo bem longe do brasil,



do lavrador, povo guerreiro

Vim para o interior
cercar a terra do pobre,
do lavrador
mas, eu preciso da mãe terra, meu senhor.

Plantar batata, milho e o feijão
é pra servir pra nossa alimentação.
Pais de família vive triste,
assustado de ver os filhos pela droga viciado.
Culpa de tudo é quem tem mau coração...
Para os ricos tem trabalho
e para os pobres não tem não...

Poema produzido pelo educando Emerson Macêdo de Araújo, Povoado São José dos Cacetes, Município de Timon, MA

“Será maravilhoso eu não ter que escrever o nome de cada pessoa do meu lugar na hora da reunião da associação por parte do meu povo. De tanto assinar o nome deles, sei o nome de cada um de cor. Quero muito que dê tudo certo e que muitos deles se alfabetizem. Será uma grande alegria. Aqui eu escrevo o nome de todos do Caetetu (...)”

**Caetetu está situada no município de Timon. Tem aproximadamente 40 famílias e a sua grande maioria é de analfabetos. Nunca tinha sido desenvolvido nenhum Projeto de alfabetização na comunidade.*

Trecho do relato de Maria Amélia Camilo Compano, 51 anos, parceira local do Projeto MOVA-Brasil na Comunidade Caetetu, Município de Timon, MA.

“Meu nome é Paulo Lima de Sousa. Moro no Bairro Agrovema no sem-terra. Tenho 28 anos e quero ser caminhoneiro, pois gosto muito de carro. Quando comecei não sabia escrever e já estou escrevendo e lendo alguma coisa e pretendo continuar até me formar”

Relato do Educando Paulo Lima de Sousa, Bairro Agrovema, Cidade Parnarama, MA.

“Meu nome é Daniel da Silva Lima, moro no Bairro Agrovema, no sem-terra. Tenho 16 anos e quero ser cantor, pois acho muito bonito os cantores cantando. Por isso, quero ser cantor. Antes, eu via as letras e não conhecia, mas já conheço e sei botar o meu nome completo. Pretendo, no futuro, me formar, vou fazer uma faculdade, mas ainda cantar. Hoje, agradeço ao Projeto por tudo”

Relato do educando Daniel da Silva Lima, Bairro Agrovema, Cidade Parnarama, MA.

“Minha história começou assim, nós sempre passamos necessidade. A minha mãe sempre trabalhou muito para nos criar. Nós não tinha nada para comer (...) A vida não era fácil, nós sempre morava longe da escola. Nós sempre trabalhamos muito. Pisávamos arroz em cima de uma cadeira e também nós não podíamos comprar roupa nova e agora nós podemos comprar as roupas que a gente quer ter”

Relato da educanda Maria Francisca Rodrigues, Comunidade Brejo de São Félix, Município de Parnarama, MA.



6. FESTA COMUNITÁRIA CIDADÃ



A festa comunitária cidadã é um espaço de expressão coletiva, de encontro dos educandos com a comunidade, onde visa ampliar, bem como, socializar a leitura de mundo realizada na sala de aula, com enfoque nas potencialidades e fragilidades presentes no entorno da comunidade.

Um dos objetivos principais é o de estimular a participação cidadã dos (as) educandos (as) e demais participantes, podendo contribuir no planejamento, organização e animação das ações de mobilização e intervenção social a ser realizado posteriormente pelas turmas.



7. AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL NAS TURMAS

As ações de mobilização e intervenção social introduzem um aspecto interessante, além de importante para o Projeto, pois se trata de um momento de denúncia dos educandos sobre as condições subalternas de vida, no qual estão submetidos.

Além de promover a organização social de toda a comunidade, as ações de mobilização constituem uma possibilidade de garantir alguns dos serviços públicos, que, até então, não estavam sendo ofertados adequadamente para as famílias.

Durante a realização das ações de mobilização e intervenção social, um ocorrido nos chamou a atenção. Em um dos núcleos do Polo Maranhão tivemos alguns possíveis problemas na realização das ações de mobilização e intervenção social.

Um dos problemas emergentes levantados pelos educandos em várias comunidades foi a falta de abastecimento e tratamento adequado da água. Os monitores planejaram junto aos educandos, trabalharam a temática em sala de aula, visto que, também era um tema gerador. No entanto, no momento de realização das ações, por meio de um abaixo-assinado, que seria enviado ao Prefeito da Cidade, os educandos, em sua maioria, recuaram e não assinaram o documento, por medo da possível reação do Prefeito. Este Município é conhecido pela forte herança coronelista, que permanece oprimindo as populações, mesmo com o fim da escravidão no Brasil.

Diante disso, o Polo Maranhão orientou a realização de outras ações de mobilização para ser realizado nas turmas. Um delas foi a formação de comitês e a participação dos educandos, bem como, de todo o município na votação do Plebiscito Popular para uma Constituinte Soberana e Exclusiva do Sistema Político.



8. PLANO DE AÇÃO DO POLO MARANHÃO 2014

Objetivo geral do Projeto MOVA-Brasil:

Contribuir para a redução do analfabetismo no Brasil e para a inclusão dos participantes no mundo do trabalho, numa perspectiva sociocultural e socioambiental, com base na tecnologia sociofreiriana, na economia solidária e economia de mercado.

Objetivos específicos:

- ✓ Ampliar as oportunidades de acesso à educação, promovendo a alfabetização de 20 mil jovens, adultos e idosos;
- ✓ Desenvolver ações de mobilização e intervenção social, visando à transformação da realidade vivida pelos alfabetizandos;
- ✓ Contribuir para a inserção de participantes no mundo do trabalho;
- ✓ Contribuir no encaminhamento dos educandos para a continuidade dos estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA);

1. Pré-seleção

Justificativa

Momento de mapeamento e seleção dos pré-candidatos aos cargos de monitor (a) e coordenadores (as) locais do Projeto, devendo ser realizado pelos parceiros e pela equipe de polo.

Objetivos

- ✓ Selecionar colaboradores para atuarem no Projeto.
- ✓ Mapear e organizar turmas de alfabetização no polo

Metas

- ✓ Em todo o estado, organizar 30 turmas de alfabetização de jovens, adultos e idosos, totalizando 600 educandos.
- ✓ Selecionar 30 (trinta) alfabetizadores e 02 (dois) coordenadores locais.



Cronograma das pré-seleções do Polo Maranhão

Data	Função	Localidade
02/04	Coordenador (a) local	Timon
02/04	Coordenador(a) local	Parnarama
08/04	Monitor (a)	Timon
09/04	Monitor (a)	Parnarama

2. Construção do PEPP do Polo

Justificativa

O Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP) expressa a compreensão teórico-metodológica do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, articulando as questões relacionadas tanto aos conceitos quanto às práticas desenvolvidas em cada polo, e traduz o sonho coletivo de toda a comunidade da alfabetização para a cidadania planetária, na qual os educandos e educandas atuam como sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, conscientes de seus direitos e deveres, com responsabilidades políticas, sociais, culturais e ambientais, locais e globais.

Objetivos

- ✓ Elaborar o PEPP do Polo, a partir da Leitura do Mundo realizada nas turmas de alfabetização.

Meta

- ✓ Cada Núcleo deve elaborar o seu PEPP até o final de Junho de 2014.

Cronograma

Data	Função
Abril	Abordagem Inicial – Formação Inicial
Maio	Construção - Formações Continuadas
Junho	Sistematização do documento
Julho	Finalização
Agosto	Apresentação



3. Formação geral Inicial e Continuada

Objetivo:

Promover a formação inicial e continuada dos colaboradores, a fim de, capacitá-los como educadores populares, multiplicadores da Pedagogia Freiriana.

Meta

Realizar formações gerais permanentes de monitores e coordenadores a cada dois meses no Polo.

Cronograma

Formação Geral Inicial	Abril de 2014
Formação Geral Complementar	Mai de 2014
1ª Formação Geral Continuada	Junho de 2014
2ª Formação Geral Continuada	Setembro de 2014
3ª Formação Geral Continuada	Novembro de 2014

4. Formação continuada com coordenadores locais

Objetivo:

Avaliar e acompanhar a práxis pedagógica dos núcleos em suas múltiplas ações, considerando os aspectos políticos, educacionais e administrativos.

Meta

Realizar 08 (oito) encontros mensais de 16 (dezesesseis) horas com os coordenadores locais (Abril a dezembro)

5. Encontro de Educandos e Educandas

Justificativa

O encontro de Educandos (as) do Projeto MOVA-Brasil consiste em uma proposta de intensificar o diálogo com os (as) educandos (as), por meio do Círculo de Cultura, para assegurar o exercício ativo da cidadania com construção de propostas para as políticas sociais (em particular, de jovens e adultos).

Objetivo



- ✓ Mobilizar os educandos e educandas para participar como sujeitos do processo de construção da cidadania planetária a partir da sala de aula, lendo o mundo e a palavra;
- ✓ Dialogar com os educandos e educandas do Projeto MOVA-Brasil sobre o índice de analfabetismo no seu estado/município e sobre as possíveis contribuições a redução desse índice, como exercício da cidadania, num processo de responsabilidade partilhada;
- ✓ Refletir e propor alternativas de continuidade para os (as) educandos (as) do Projeto MOVA-Brasil em outros programas de EJA.
- ✓ Construir propostas de participação nos espaços de formulação das políticas sociais.
- ✓ Refletir sobre a educação profissional na EJA e avaliar as ações do Projeto para a inserção dos (as) educandos (as) no mundo do trabalho.

Meta

- ✓ Realizar encontros regionais em todos os núcleos, 01 encontro estadual e mobilizar 600 educandos (as) no processo de reflexão sobre os significados da alfabetização para a cidadania planetária e educação profissional;
- ✓ Ouvir, registrar e sistematizar depoimentos, opiniões e reflexões dos educandos e educandas sobre o papel da alfabetização na construção da cidadania planetária e da educação profissional no MOVA-Brasil;

Encontros por turma – nº de educandos: 600
Encontros regionais – nº de educandos: 200
Encontro estadual – nº de educandos: 30

Cronograma

Período	Atividade
Agosto	Encontro por turma
Setembro	Encontro por núcleo ou regional
Outubro	Encontro estadual

6. Seminário de Práticas

Justificativa

A realização do III Seminário de Práticas do Projeto MOVA-Brasil é uma das possibilidades e



espaço para o processo de reflexão coletiva sobre as práticas de alfabetização e educação profissional dos (as) educandos (as), considerando as diferentes e diversificadas experiências desenvolvidas em cada sala de aula. É, também, um importante momento de ação-reflexão-ação na busca da qualidade social do serviço educacional prestado a milhares de jovens, adultos e idosos que decidiram ler e escrever as palavras para melhor entender o mundo.

Objetivos

- ✓ Conhecer, refletir, valorizar práticas pedagógicas das monitoras e dos monitores do MOVA-Brasil.
- ✓ Socializar e qualificar as ações desenvolvidas pelas monitoras e pelos monitores nas salas de alfabetização, com vistas a integrar a educação profissional com a alfabetização.

Metas

Mobilizar 30 monitores (as) e coordenadores (as) que participam do Projeto para apresentar e discutir suas práticas de sala de aula no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos, bem como falar sobre educação profissional.

Cronograma

Etapa	Data/Período
Orientações gerais sobre a realização do Seminário de Práticas – IPF/SP	Plano de ação – início da etapa
Preparação: os (as) monitores (as) se organizam para sistematizar seus trabalhos.	Maio a julho
Monitores (as) apresentam seus trabalhos no Seminário, por núcleo, e escolhem a prática representativa do núcleo, durante uma formação semanal de monitores (as)	Agosto
Seminário Estadual de Práticas de Alfabetização e Formação Profissional (apresentação de um trabalho por núcleo) durante uma das Formações Bimestrais de Monitores (as) e Coordenadores (as) Locais	Setembro



Os trabalhos selecionados serão apresentados durante o Seminário Nacional, na última Formação de Coordenação de Polo.

Outubro

7. Encontros com a Articulação Social

Objetivo:

✓ Dialogar e avaliar sobre as ações desenvolvidas pelo Polo, a fim de, traçar estratégias de intervenção administrativa e pedagógica.

Período:

Uma vez a cada mês na Sede do Polo

8. Encaminhamento dos (as) Educandos (as) para a continuidade dos estudos

Justificativa

A garantia da continuidade do acesso à educação para os jovens, adultos e idosos que foram alfabetizados pelo Projeto.

Objetivo

- ✓ Garantir o encaminhamento dos (as) educandos (as) jovens, adultos (as), idosos (as) para a continuidade dos estudos nas escolas públicas;

Meta

- ✓ Encaminhar, no mínimo, 50% de educandos (as) para a continuidade dos estudos em escolas públicas;

Cronograma

Período	Ação
Julho de 2014	Realizar mapeamento das escolas ofertantes
Até Novembro de 2014	Encaminhar os educandos (as) para a EJA

9. Formatura dos Educandos e Educandas



Justificativa

Momento de confraternizar os conhecimentos construídos e ressignificados ao longo da etapa, como também, um espaço para a entrega dos portfólios e certificados de conclusão do curso de alfabetização.

Objetivo

- ✓ Certificar os educandos que participaram do Projeto.
- ✓ Reconhecer as aprendizagens significativas e necessárias na vida dos educandos.

Meta

Certificar no mínimo 80% dos educandos que participaram do processo de alfabetização do Projeto.

Cronograma

Semana de 01 a 05 de Dezembro.

10. Participação do Polo nas atividades ofertadas pela Articulação social – MAB

Justificativa

O Projeto MOVA-Brasil em articulação com o MAB (Movimento dos Atingidos por barragens) visam fortalecer a participação cidadã e democrática de todos os alfabetizandos e alfabetizadores do Projeto. Dessa forma, entendemos que, garantir a participação ativa dos (as) monitores (as) nos espaços de formação política do MAB se faz necessário, tanto para a construção da base dirigente do movimento na região e, a partir daí, iniciar um trabalho de base e organização das famílias ameaçadas pela construção das barragens, como também, contribui na formação do (a) educador (a) popular, no qual exige o Projeto.

Objetivos

- ✓ Compreender a estratégia e a organicidade do movimento;
- ✓ Conscientizar-se sobre o contexto sócio-político em que estamos inseridos (as);
- ✓ Incentivar a participação ativa e igualitária entre homens e mulheres na sociedade;
- ✓ Entender o modelo energético atual e as suas implicações na vida das pessoas;
- ✓ Promover a reflexão e a conscientização das pessoas sobre o papel social;
- ✓ Estar ciente sobre o agravamento das violações dos direitos humanos na construção das barragens;



Cronograma de ações previstas até o final da etapa

Atividade	Período	Local
Escola de Militantes – Região Nordeste;	Junho de 2014	Fortaleza – CE
Reunião da Coordenação Nacional das Mulheres Atingidas;	Agosto de 2014	São Paulo
Lançamento do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político;	Agosto de 2014	Região do Vale Parnaíba - MA
Seminário Regional de Política Energética	Setembro de 2014	Recife - PE
1º Encontro Estadual das Mulheres Atingidas	Novembro de 2014	Região do Vale Parnaíba - MA
Reunião da Coordenação Estadual	Setembro de 2014	Região do Vale Parnaíba - MA
Encontro da Coordenação Nacional;	A ser definido	A ser definido

11. Formação Profissional

Objetivo

Articular parcerias para a oferta de cursos profissionalizantes que correspondam às expectativas dos educandos, bem como, as principais econômicas desenvolvidas nas comunidades.

Meta

Encaminhar, através de parcerias firmadas, um mínimo de 10% de educandos e educandas, para cursos profissionalizantes e economia solidária.

Cronograma

AÇÕES	ABR	MAI	JUN	JUL	AGOS	SET	OUT	NOV	DEZ
Articulação com as instituições e parceiros									



Mapeamento das instituições ofertantes									
Plano de ação									
Início das aulas									



REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Por uma educação básica do campo, 1999.

CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO. G. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, editora expressão popular, 2012.

Cadernos de Formação. Economia Solidária p.15. São Paulo 2011.

FERNANDES, B. M. CALDART, R. S. MOLINA, M. C. *et al.* Educação do campo: campo – políticas públicas – educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

Site oficial do IBGE, 2013.

Sistema MOVA, 2014.